

CAPÍTULO IV

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também e sobretudo difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’, por assim dizer, transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzido a pensar, coerentemente e de maneira unitária, a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio’ filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos de intelectuais.” (Gramsci, 1891-1937).

Este último capítulo, discute aquilo que constituiu o objetivo desta pesquisa, qual seja: o estudo das relações entre a Educação Popular (EP) e os Movimentos Sociais (MS) nas décadas de 80 e 90, buscando alternativas para o período atual, a partir da perspectiva e das considerações dos militantes que foram entrevistados. Enquanto isto, os capítulos anteriores constituíram a base para a reflexão que se empreende agora, pois apontaram os desafios da realidade atual, seja para a organização coletiva, seja para a construção psicossocial do homem, dimensões imbricadas na concepção educativa aqui assumida.

O conceito de Educação Popular nascido da prática

Neste sentido, entende-se que antes de mais nada precisa-se explicitar a que concepção estamos nos referindo, quando tratamos das duas expressões chaves que dão título a este capítulo, a partir da sistematização dos conceitos construídos pelos próprios militantes entrevistados¹.

(2)Eu acho que Educação Popular é exatamente botar esse carro em movimento, esse movimento coletivo, de uma forma reflexiva. Então, pra mim, EP é

¹ A partir desta seção os números que antecedem as falas em itálico dizem respeito aos entrevistados citados, de acordo com o quadro da amostra na página 14.

... você poder fazer esse processo de pensar as coisas e agir juntos. Uma greve que estoura espontaneamente educa pouco, porque é um movimento social que não possibilita organização, reflexão, discussão. (3) E também é toda e qualquer atividade que você possa se envolver, de informação à sociedade como um todo, seja alfabetização, seja a discussão de um projeto de lei, seja orientação pra capacitar para o trabalho, desde que tenha um viés de formação política. (4) Pra mim, EP é sinônimo de educação libertadora, e educação libertadora não é só acumulação de conhecimento, mas é o processo do sujeito pensar e reformular sua vida a partir dessa reflexão. (5) É um processo de troca de conhecimento, de você aprender saídas que o povo descobre, apesar de seu pragmatismo, porque neste pragmatismo, o povo é fiel à causa, ele tem um sentimento de classe que é muito forte. Mas ele não tem todas as informações que a gente tem, daí a importância da troca. Se você sabe bem o teu papel de agente transformador e respeita esse sentimento do povo, a troca é fundamental. (6) É o popular ter consciência dos seus direitos e dos seus deveres, de que sociedade nós vivemos, em cima do que nós devemos brigar. E esta consciência vem muito do confronto a que o movimento te leva. Na vida você pode até ter alguns confrontos, mas é sozinho, isolado, você não discute com ninguém, você não compartilha. (7) É tudo o que caminha na direção de construir a liberdade, a cidadania, o modo como as pessoas pensam sua vida de modo solidário, então ela é mais definida pelos seus aspectos de horizonte do que pela forma que ela tem. Porque você pode ter um grupo que tem um ideal de solidariedade e outro de consumismo, onde a solidariedade é completamente abolida.

Esses foram alguns dos conceitos construídos pelos entrevistados que nos permitiram sistematizar uma idéia de como a Educação Popular é percebida a partir da prática social. Algumas questões chamaram a atenção: a) nem toda prática coletiva é Educação Popular, mas a Educação Popular só se dá em processos de troca e não na individualidade; b) não é apenas forma ou o conteúdo programático que garantem o caráter popular da educação, mas principalmente seus horizontes, seus objetivos; c) a participação em uma luta por si só não educa, é a reflexão sobre esta participação que educa; d) não é um programa com conteúdo revolucionário que educa, mas é a prática e a reflexão sobre esta prática (ainda que iluminada pela teoria) que são educativos; e) não são apenas eventos extraordinários que educam, mas tudo que cotidianamente permite reflexão crítica sobre este cotidiano. A partir dessas e outras questões apontadas

nas entrevistas, em relação dialética com algumas referências teóricas que delas se aproximam (Paludo, 2001; Freire, 1983; Betto, 2000; Brandão, 1980) construímos um conceito de Educação Popular, cuja concepção fundamenta esta pesquisa.

Educação Popular é entendida aqui como instrumento de conscientização, na perspectiva da transformação social. Seu objetivo é a organização popular voltada à conquista de direitos sociais, culturais e políticos. É impulsionadora e ao mesmo tempo resultante dos Movimentos Sociais (MS) que lutam por justiça e vida digna para todas as pessoas, o que lhe confere uma perspectiva humanizadora, libertadora e não doutrinária. Dentro desta perspectiva, tão importante quanto os conteúdos transmitidos, são as relações que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos no processo educativo e os horizontes perseguidos por estes sujeitos, o que inclui reflexão e ação coletivas. Este conceito inclui não apenas os chamados cursos de formação política, mas todo o processo de preparação, realização e avaliação de atividades mobilizadoras – marchas, greves, ocupações, negociações coletivas, passeatas, encontros, assembleias – que se constituem espaços de convivência, ação e aprendizados coletivos. Os conteúdos deste aprendizado, então, não são transmitidos por um professor aos alunos, mas socializados, trocados ou construídos numa relação dialógica entre pessoas que têm experiências e saberes diferentes – ainda que impulsionadas pela figura do “intelectual orgânico” – porém que têm em comum, a marca da opressão e da exploração e como horizonte, o objetivo de se libertar desta opressão.

A compreensão empírica sobre os Movimentos Sociais

Dentro do conceito de EP construído, de certa forma, está embutida uma determinada concepção de Movimentos Sociais, enquanto instrumento de luta coletiva, de quem é ou são os sujeitos revolucionários e do próprio processo revolucionário. O que é expressado pelos militantes entrevistados da seguinte forma: (1) *Movimento Social é toda e qualquer força organizada que você não possa exatamente chamar classe. Não sei se hoje a gente usa movimento, porque ficou mais insegura em relação ao agente coletivo...Pra mim, o importante é saber que dele fazem parte tanto os sindicatos, como o MST, como o movimento de mulheres e de negros. Com certeza todos esses fazem parte desses sujeitos coletivos mais amplos. O corte popular eu acho que é onde há maiores carências, que teria a ver com o corte de classe... o popular com*

o corte de classe mais oprimida. (9) Eu sei que é um pouco equivocado, mas quando eu falo de Movimentos Sociais eu estou incluindo: sindicatos, pastorais, movimentos populares e partido... essas lutas todas. (7) Movimentos Sociais hoje é o título dado às organizações de pessoas que se assumem como vanguarda e começam a se organizar, mas eu incluo neste movimento mais amplo as administrações populares também. Mesmo os militantes que, quando perguntados sobre o que entendiam como Movimento Social, excluíram o partido, ao se referirem às práticas desenvolvidas pelos Movimentos Sociais, incluíram as práticas partidárias. Entretanto, todos foram unânimes em excluir os Conselhos, considerando-os como parte do aparelho de Estado, ainda que admitindo serem espaços conquistados pela luta social, mas que acabaram por transformarem-se em instrumentos de “cooptação e abrandamento” da luta, no caso de Curitiba.

A concepção de Movimentos Sociais na perspectiva dos militantes entrevistados, aproxima-se muito daquela defendida por Frei Betto (2000) e que ele, didaticamente, classifica em cinco esferas sociais, numa ordem cronológica de reorganização popular após 1964 e que se constituem espaços de organização dos oprimidos. “Podemos dizer que quem não está numa dessas cinco esferas não está na luta. Elas são as esferas de articulação do movimento social brasileiro” (Betto, 2000, p. 5): 1)Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base; 2)Movimento Popular (bairro, mulheres, negros, sem-terra, sem-teto, ecológico, homossexuais, etc.); 3)Movimento Sindical; 4)Partidos Políticos; 5)Administrações Populares.

Assim, numa aproximação dos conceitos empíricos com a literatura utilizada, podemos dizer que Movimentos Sociais são todas as formas de organização dos oprimidos que contribuem para a transformação da sociedade. Sua origem são os problemas concretos vividos pelo povo – condições de vida e trabalho; discriminações de gênero, raça, classe, opção sexual, credo religioso; destruição do ambiente; formas de participação política; etc. – mas seu início se dá pela intervenção de um “agente de mediação social” (intelectual orgânico, educador popular) ou seja, por militância e não de forma espontânea. No seu conjunto, os Movimentos Sociais constituem um bloco de forças democrático-populares que, numa perspectiva histórica, faz com que a sociedade avance para além das lutas específicas. Constitui-se portanto de uma pluralidade de práticas e formas de organização que acaba por dificultar um conceito sociológico preciso.

A Educação Popular conforme concepção apresentada nesta pesquisa, atravessa as esferas de organização social popular e, a partir da década de 80 é impossível pensá-la de forma autônoma. A conscientização resulta então do processo educativo que a própria participação social e política engendram, quando são submetidas a um processo de reflexão. E é esta forma que a realiza na perspectiva defendida por Paulo Freire: “A conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens” (Freire, 1980, p. 26). Entretanto, a produção teórica a respeito de Educação Popular e Movimentos Sociais ainda segue de forma muito independente. São raros os textos publicados que a tratam nesta relação dialética. Maria da Glória Gohn, tem uma explicação para esta questão: “O conjunto de pesquisadores que se dedicaram às suas análises se entrincheiraram em campos específicos de suas áreas de conhecimento e da prática social, ou seja, a educação – no caso da educação popular – e as ciências sociais no caso dos movimentos sociais” (Gohn, 1994, p. 42).

O sujeito coletivo da transformação social

Um estudo recente que muito se aproxima da concepção desenvolvida nesta pesquisa, foi realizado por Conceição Paludo, educadora popular e participante do Movimento Social no Rio Grande do Sul, como pesquisa de doutoramento, cujos pressupostos sustentam-se nas obras de Paulo Freire e Gramsci e que, segundo a autora, “pretendeu responder ao que a observação cotidiana deixava intuir e ao objetivo proposto, centrando o foco de estudo na seguinte questão: quais são as transformações político-pedagógicas pelas quais vem passando, a partir dos anos 1990, a concepção de Educação Popular”? (Paludo, 2001, p. 14). A autora vai dizer então que a concepção de Educação Popular que se consolidou nos anos 80 ao lado da formação de um campo de forças democrático popular na sociedade brasileira foi, junto com este campo, impactado pelas mudanças que ocorreram no mundo, atingindo significativamente o Brasil na década de 90. Para a autora, a estratégia geral do campo popular foi a construção do poder popular e, neste sentido, o grande aprendizado da década de 90 foi a compreensão de

“que não é mais possível concentrar todos os esforços num único movimento [...] dada a pluralidade de sujeitos que compõem esse campo, com suas diversas práticas – dos movimentos organizados verticalmente, aos pequenos grupos, às redes e outras formas [...] e, portanto, o grande desafio é articular esta pluralidade de métodos, ou formas organizativas e opções de intervenção política que fizeram avançar na formulação de um projeto de futuro que parece tomar a forma de um novo projeto para o Brasil, buscando ampliar ainda mais esse campo a partir do estabelecimento de identificações em referenciais mais gerais, tanto teórico-político quanto de valores, capazes de nessa pluralidade, sedimentar um sentido comum de direção.” (Paludo, 2001, p. 204)

Está aqui implícita a idéia de formação do que é chamado por Gramsci de “um bloco cultural e social” que é fruto de uma ligação orgânica, uma aliança entre os intelectuais e “os simples” de maneira a construir uma “organicidade de pensamento e a solidez cultural” a fim de se “elaborar e tornar coerente os princípios e os problemas” apontados pela atividade prática dos simples. (Gramsci, 1989a, pp. 13-15). Esta também é a idéia que está posta no Movimento Político Consulta Popular² – uma espécie de impulso cultural, que unifique e faça avançar princípios gerais já presentes no meio do povo, mas de maneira fragmentária (Benjamim et al., 1998). O que coincide com o que dizem os militantes entrevistados quando se referem à “sabedoria popular”, a um certo “sentimento de classe”, que pode se elevar em consciência, quando se estabelece a troca entre “povo” e “agentes de transformação”.

É importante lembrar que na história brasileira, dois momentos ricos em idéias e mobilizações populares – 1954-64 e 1975-89 – foram fruto desta aliança que foi interrompida pela ditadura militar e pela ditadura de mercado, respectivamente. Neste sentido, um dos grandes desafios da Educação Popular hoje, em todos os espaços onde ela possa se dar – Movimentos Populares, ONGs, Igrejas, Escolas, Partidos Políticos, Cooperativas Populares, etc. – é formar uma nova geração de intelectuais orgânicos³

² Sobre a história desse Movimento e sua relação com a educação ler monografia elaborada pela própria autora desta dissertação, realizada como conclusão da especialização em Organização do Trabalho Pedagógico – “A dimensão pedagógica da Consulta Popular”, UFPR, 2000.

³ Isto é fundamental porque, numa perspectiva transformadora, os Movimentos Sociais não se organizam espontaneamente. Sua origem são os problemas concretos, mas o início de sua organização se dá numa aliança entre povo oprimido e intelectuais orgânicos. (Souza, 1997).

ou, pelo menos dar os primeiros passos neste sentido, uma vez que esta tarefa é uma tarefa que demanda anos, porque envolve estudo, dedicação e muita disciplina (Gramsci, 1989b; Makarenko, 1986). E não está se falando aqui de um estudo meramente acadêmico, mas de um conhecimento novo, que busca na realidade concreta seus conteúdos (Freire, 1982, 1987); que parte do “senso comum” para atingir o “bom senso” (Gramsci, 1989a); que articula o micro e o macro, o mediato e o imediato, rompendo tanto com a idéia de basismo quanto com a de vanguardismo – esforço que pressupõe quebra de preconceitos, tanto por parte dos mais ativistas, quando por parte dos mais intelectualizados.

Este novo intelectual só pode nascer desta estreita relação entre Educação Popular e Movimentos Sociais e, portanto, no bojo de um movimento cultural mais amplo⁴, que tenha como objetivo a construção do poder popular e não simplesmente a construção de um partido ou a tomada do poder estatal.

O desafio da relação Educação Popular-Movimentos Sociais

O grande aprendizado da década de 90 foi de que o desafio histórico é construir algo novo, uma nova utopia⁵, que oriente uma nova prática, “uma ação adequada às condições históricas, realizando o possível de hoje para que possam viabilizar amanhã o impossível de hoje” (Freire, 1982, p. 80) e que tenha como objetivo construir as condições para que a essência da humanidade se materialize no cotidiano. Esta é uma possibilidade, contraditoriamente implícita no processo de globalização que acabou por escancarar as contradições do capitalismo e, de certa forma, das formas estatais de socialismo experimentadas no mundo até então. (Mézáros, 2002; Ianni, 2000; Santos, 2000b).

Esta é também a percepção que nasce da vida concreta dos militantes entrevistados quando dizem que algo novo está se gestando no meio do caos, ainda que não consigam precisá-lo. Uma esperança que se mescla a um pessimismo quando admitem, por exemplo, que as novas técnicas informacionais ao mesmo tempo em que

⁴ Este novo “bloco social e cultural” (Gramsci, 1989a) ou este “novo campo democrático e popular” (Paludo, 2001), amplia a idéia de sujeito da transformação social para além da classe operária e é este campo que formará seus intelectuais.

⁵ Esta nova utopia coincide com a idéia de Heller que entende o socialismo (para além de explicações estruturais, políticas e econômicas) como uma qualidade vital, onde a idéia condutora é o sentido da vida das pessoas (Heller, 1987).

desfocam as pessoas dos problemas locais, descomprometendo-as com a construção do seu próprio espaço, permitiram construir os Movimentos Sociais anti-globalização e popularizar discussões como a da ALCA, por exemplo.

Rui, militante entrevistado, que concentrou sua atuação no movimento de bairro e na luta pela moradia, diz o seguinte: *“Veja, eu mesmo não utilizo os meios disponíveis hoje, mas acho que nossas lideranças teriam que dominá-los completamente – a própria comunicação – buscar informações que hoje estão disponíveis é fundamental. Nós estamos vivendo num outro contexto hoje, onde você tem que ser um cidadão não do Xapinhal, ou da região sul, ou de Curitiba, mas um cidadão do mundo. E temos que estar atentos a tudo que está acontecendo no mundo e entender a interferência que isto tem na vida de cada um. Temos que estar ligados a essas coisas e aí a crítica é pra mim mesmo, que sou um dos que não fazem isso. Acho que a formação hoje deve ajudar as pessoas a desvendar esse mundo como um todo, ajudar a saber o que acontece em cada lugar e tirar lições de cada coisa que acontece. Uma coisa que a gente vê “na boca do povo” (e eu fico feliz da vida) é que o Bush é capaz de provocar uma guerra por causa do interesse dos EUA no petróleo, por interesses econômicos, não importando quantas pessoas vão morrer. Isso, até bem pouco tempo era segredo de Estado, ninguém sabia dessas coisas, hoje está popularizado. E isto é fruto dos meios de comunicação disponíveis.*

Talvez esteja se vislumbrando agora, aquilo que Scherer-Warren (1993) previa como perspectiva para os Movimentos Sociais já nos anos 90 – uma preocupação que articula micro e macrotransformações. O que esta pesquisa apontou, considerando a avaliação dos militantes entrevistados, foi que os anos 90 se constituíram numa espécie de “parada para balanço” das lideranças mais locais, ainda que isto tivesse se dado muito individualmente. Mas deve-se ter em mente que esta pesquisa se centrou, principalmente, nos Movimentos Sociais Populares Urbanos de Curitiba, ou seja, naquela dimensão caracterizada por Scherer-Warren (1993) como característica dos anos 80, que são os chamados movimentos de base. É preciso lembrar então, que se houve um “refluxo” nesta forma de organização, por outro lado houve também um crescimento dos Movimentos Sociais no campo e dos Movimentos Anti-globalização; de uma série de iniciativas populares voltadas para o auto-sustento e a conquista de um grande número de prefeituras, onde se implantaram Administrações Populares. Aliás, uma das causas apontadas como responsáveis pelo “refluxo” dos movimentos de base

no meio urbano. Não porque a conquista de Administrações Populares fosse ruim, mas porque isto deslocou grande parte dos intelectuais orgânicos dos Movimentos Sociais para os espaços institucionais conquistados. Que somado, ao recuo da Igreja Católica na sua “opção pelos pobres” provocou um vazio em nível de base. O que foi acrescentado a todas as questões de ordem macrosocial já discutidas no Capítulo II, para as quais os poucos militantes que restaram no meio do povo, não estavam preparados, sem contar com a falta de investimento na formação de novos quadros conforme citado por um dos militantes entrevistados nesta pesquisa.

A relação Educação Popular-Movimentos Sociais e a escola

A pesquisa abordou também a relação EP-MS com a escola, buscando ver qual tem sido a contribuição desta última para as transformações sociais, na perspectiva dos militantes. E o que a maioria dos entrevistados apontou é de que o aprendizado escolar ajuda muito pouco o processo de organização popular com vistas à transformação da sociedade. Ainda que admitam a possibilidade de que a escola possa ser um espaço de Educação Popular, destacaram um limite – a escola não promove vivência, não insere os alunos nos problemas concretos da realidade e, conseqüentemente, não os organiza no sentido de resolverem nem os problemas que lhes dizem respeito diretamente. Os entrevistados dizem que (9) *a escola não consegue ser um espaço educador porque, apesar de ser um espaço importante de socialização, ela está submetida aos valores dominantes na sociedade; valores permeados pela mídia, pela competitividade. Ao contrário do Movimento Social, que tem outra perspectiva, mais oxigenada, pulsa mais, as pessoas são mais valorizadas, estabelecem relações mais sérias, refletem sobre seu comportamento na sociedade.* (8) *Eu me formei na faculdade e não tenho dúvida nenhuma em dizer que aprendi muito mais na minha militância política [...] Nós falamos de Paulo Freire, mas suas idéias não são aplicadas na escola. Os professores são autoritários, as salas de aula são cheias e eles não conseguem fazer um trabalho, não têm resposta pras coisas e são pressionados por todo lado.* (10) *Você sabe por que é que o que se aprende no Movimento Social não se aprende na escola? Porque no Movimento você não aprende só teoria, você aprende relação, você aprende sentimento, você aprende prática, você constrói. A escola é parada, fixa, estática. É uma teoria totalmente descolada da realidade. Se a escola tem alguma abertura ela*

aprende com o Movimento, mas são estes que têm que ocupar o espaço da escola. Os próprios pais acham que a formação escolar é pra entrar no mercado de trabalho e competir com o colega ao lado. Então o trabalho mais inserido na comunidade não acontece porque não é uma prioridade. (1) Eu acho até que pode ocorrer na escola esta metodologia de trabalho próprio da Educação Popular, mas por que não acontece? Eu acho que tem um tensionamento entre quantidade de conteúdo a passar e prazos a cumprir. Existe seriação, tem que fazer teste final, tem o vestibular, o provão, etc. Por trás de todo o sistema escolar está essa coisa da quantidade de conteúdo. Outra coisa é que as pessoas não tem vinculação imediata com um problema mais prático pra resolver, mas eu acho que as escolas podiam se apropriar mais das experiências dos Movimentos Sociais, de qualquer forma nunca vai ser igual, porque demanda outro tempo e as pessoas estarem mais juntas. (7) O que foi mais rico na nossa experiência escolar? Foi exatamente aqueles momentos fora do currículo, não foi o dia-a-dia, as lições que te passaram, mas o como isto foi feito, a convivência. Por outro lado, tudo que é passado de um modo às vezes até artificial, acaba tendo um sentido. Como é que uma pessoa pode liderar outras, organizar um movimento, se ela não tem o saber universal? Tudo o que a gente puder saber é importante, porque aí está a construção da tua liberdade. O mal talvez esteja no como isto é feito, porque às vezes é de modo muito duro e até alienado. Por exemplo: eu vi gente do Movimento Social organizando ocupação em área de manancial, em área de risco. E o que leva a isto? É apenas a disponibilidade do terreno e a necessidade da pessoa morar? Se as pessoas soubessem que aquele espaço garantiria água durante toda a vida para uma população inteira, talvez aquela energia organizativa tomasse um outro caminho. Veja, neste caso, se trabalhou na direção de que todos tenham casa e na direção contrária de que todos tenham água.

Esses depoimentos mostram o quão importante seria uma relação orgânica da escola (em todos os seus níveis) com os Movimentos Sociais. O que esta troca não poderia produzir de aprendizados e ações concretas voltadas para a melhoria das condições de vida da população? E o que isto poderia significar na resolução de problemas enfrentados pela escola, inclusive no campo disciplinar? Mas, a

impossibilidade de levar a metodologia do trabalho popular⁶ para dentro da escola, está ancorada na própria lógica da reprodução do sistema. “A Educação Popular é incompatível com a cronologia curricular porque depende do tempo dos educandos e não do tempo do currículo.” (Betto, 2000, p. 21).

“Existe uma série de inovações por aí. Mas ainda são uma gota d’água, no oceano de um sistema escolar preso no currículo, à tradição e à mentalidade pedagógica que perdura na escola brasileira. No Quênia, África, existe uma experiência de educação que impressiona: ela tenta uma adequação entre o pensar e o fazer. Não pretende ser Educação Popular, é educação burguesa. Mas é um passo do qual nossa educação está a mil anos luz. Uma das experiências da escola é que cada aluno passe uma semana do ano convivendo com trabalhadores, para permitir ao aluno entender como a cidade se articula por baixo. Alguns saem de madrugada com os lixeiros da cidade, na coleta de lixo; outros, uma semana de estágio como auxiliar de enfermeiro, no hospital público, etc. Na nossa escola, as pessoas passam vinte e dois anos nos bancos escolares, saem com diploma, mas não sabem cozinhar, costurar, consertar um eletrodoméstico, entender de mecânica de automóvel, passar roupas. Na escola, nunca se debate coisas como perda, ruptura, afetividade, sexualidade, morte, dor, espiritualidade. Nossa escola ainda não chegou em coisas elementares”. (Betto, 2000, pp. 22-23)

⁶ Esta metodologia segue a concepção freireana de, partindo-se dos próprios problemas sentidos pelos oprimidos, ir desvelando junto com eles suas causas, identificando os responsáveis por elas, ao mesmo tempo em que vão se organizando e lutando em várias frentes para superá-los e buscar erradicar as causas que os provocam. É um trabalho que tem uma intenção para além da resolução dos problemas imediatos, conforme ilustra os conceitos que se seguem: “Trata-se de criar espaços, estímulos e conhecimentos para que a consciência espontânea do trabalhador desabroche em consciência de indivíduo singular, de classe social e de espécie humana e frutifique em ação transformadora; ação de alcance tanto imediato como histórico, tanto exterior – de construção do mundo – quanto interior – de construção de si próprio enquanto sujeito singular e plural, individual e coletivo” (Arruda, 1988, p. 2). “Trabalho popular, como é entendido aqui, é toda atividade sistemática desenvolvida junto às classes populares. Sistemática no sentido de ter um mínimo de clareza de objetivos, bem como uma estratégia e uma metodologia definida de acordo com esses objetivos. Salientamos também o caráter coletivo do trabalho popular, onde cada decisão sobre os objetivos e as formas de concretizá-los é tomada e assumida pelo grupo-comunidade envolvido. Isto se chama democracia”. (Grupo TAO, 1996, p. 8). “Neste sentido, não é a educação que forma para, mas são os diferentes sujeitos que vão criando uma nova educação, que se traduz em novas formas de relações sociais, na medida em que se inserem em processos, vivenciam e refletem sobre o realizado. O conhecimento dos próprios sujeitos, o conhecimento científico, os métodos de análise, a crítica e a auto-crítica, etc. são instrumentos através dos quais os educadores, os educandos, as lideranças, os dirigentes, enfim, os diferentes sujeitos estudam a realidade no seus múltiplos aspectos, buscando conhecê-la e transformá-la.” (Paludo, 2001, p. 189)

Está claro que Frei Betto, num esforço de mostrar a necessidade de uma educação escolar que una teoria e prática, conteúdo e técnica, acabou caricaturando a escola brasileira, quando se refere a aprendizados tais como passar roupa e cozinhar, ainda que a escola deva trabalhar contra os preconceitos arraigados na nossa cultura em relação a trabalhos manuais. Mais que isso, deveria trabalhar a idéia de que essas são tarefas que todos precisam realizar porque necessárias à manutenção da vida cotidiana e buscar a revalorização do trabalho, das atividades mais simples às mais complexas.

A verdade é que, como instrumento de transformação da ordem social injusta, a Educação Popular foi e continua sendo praticada fora da escola. Como tal, ela só se transforma em política governamental, quando se consolidam (ou buscam se consolidar) processos revolucionários, a exemplo de Cuba, Nicarágua e Guiné Bissau (Pérez e Martínez, s/d; Brandão, 1987; Freire, 1978). As experiências que se forjaram em governos oscilantes entre o populismo e o popular, como o do Chile e do Brasil antes dos golpes militares, tiveram vida tão curta e contraditória quanto os governos que as experimentaram. E isto é assim porque a Educação Popular é práxis transformadora (não apenas transmissão de conteúdos científicos); exige mobilização crítica para superação das contradições sociais, entre elas as relações de dominação e dependência. Assim, dizer que a Educação Popular não cabe na escola é pouco. É preciso explicitar em que escola e de que sociedade ela não cabe.

“Admite-se e deseja-se, nestes novos tempos, que esta concepção de *educação popular* não seja adequada exclusivamente para os espaços não-formais de educação. Aposta-se na sua capacidade de disputa na rede oficial de ensino, embora se admita que sua ressignificação e fecundidade sejam maiores nos espaços não-formais, visto que muito mais liberta das amarras que prendem os espaços formais e porque exercida por indivíduos que possuem por ela uma opção clara, o que não significa estar, como tudo na vida, isenta de contradições. Considera-se que esta tarefa é mais fácil de ser levada a efeito quando existem governos democráticos e populares, mas também quando eles não existem, admite-se a possibilidade, desde que os sujeitos educadores queiram orientar as práticas educativas por esta perspectiva, se disponham a ‘entrar na luta’ e a projetar e vivenciar

um outro modo de fazer a educação das classes subalternas.” (Paludo, 2001, p. 206-207)

É importante dizer que nas duas últimas décadas, temos visto experiências de Educação Popular tentando se estruturar na escola pública brasileira a partir de Administrações Populares. Também temos visto, experiências de Educação Popular nas escolas públicas dos assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Entretanto, isto implica em que a escola reformule seus tempos e grades curriculares, concebendo a educação para além do ensino⁷, ou seja, como um verdadeiro “programa histórico”, capaz de constituir-se em instrumento de formação-organização do povo ao longo de sua própria ação transformadora (Barreiro, 1985). Daí a dificuldade de que ela se consolide enquanto programa governamental (ainda que popular), dentro dos marcos da sociedade capitalista.⁸

Neste sentido o Governo Lula traz potencialmente novas possibilidades, ainda que não necessariamente. Depende da política educacional adotada pelo governo, assim como da forma como a sociedade vá se comportar. Se houver uma retomada de um movimento em defesa da escola pública, ao mesmo tempo em que se organizem formas de participação popular na gestão das escolas é possível que a metodologia da Educação Popular adentre os espaços institucionais onde a educação se dá e a aproxime dos

⁷Pode-se perguntar: é possível centrar a educação na sua dimensão “ensino” e ainda assim dizê-la transformadora? “Sempre me opus ao ponto de vista segundo o qual a pedagogia se baseia no estudo da criança e no estudo de métodos educativos isolados e concebidos em abstrato. Considero que a educação é a expressão do credo político que professa o pedagogo e que os seus conhecimentos não passam de meios auxiliares” (Makarenko, 1986, p. 30). “Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos.” (Freire, 2000, p. 116). “Então, a exemplo do que Marx afirmou sobre a velha filosofia, redefine-se aí o conceito de educação: já não está presente uma abstração que dá sentido ao estudo em si mesmo (que esgota em si mesmo o sentido do ato de teorizar, estudar, sistematizar), mas abre-se o processo iniciando-o a nível da prática, da realidade, para retornar a ela como consciência crítica adquirida no processo, já com uma capacidade transformadora e operativa fundamental. Esta teoria do conhecimento, como vêem, não deprecia o ato de teorizar, mas busca romper com o elitismo, integrando esse elemento no processo que, partindo da prática a ela retorna”. (Arruda, 1987, p. 111). Partindo de tais concepções, a resposta à pergunta inicial desta nota parece ser não.

⁸ Paulo Freire faz uma “distinção entre *educação sistemática*, a que só pode ser mudada com o poder, e os *trabalhos educativos*, que devem ser realizados com os oprimidos, no processo de sua organização. A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.” (Freire, 1987, p. 41). Sobre a relação da Educação Popular com o Estado e/ou com a Escola, ler também: FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo : Cortez, 1991, onde o autor discute a sua experiência enquanto Secretário de Educação da cidade de São Paulo, na gestão Luiza Erundina; MAKARENKO, A. S. *Problemas da educação escolar*. Moscovo : Progresso, 1986; e CAPRILES, René. *MAKARENKO: o nascimento da pedagogia socialista*. São Paulo : Scipione, 1989.

espaços não formais, constituindo-se num grande movimento pedagógico que organize a sociedade por baixo.

O momento é propício para se dar passos concretos no sentido da criação da proposta gramsciana de escola unitária, equilibrando a capacidade de trabalhar manualmente e intelectualmente. “O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo” (Gramsci, 1989b).

Os frutos colhidos e os aprendizados resultantes

A disseminação de experiências de Educação Popular nos próprios espaços institucionais conquistados, ainda que carregadas de contradições, se constituem parte dos frutos colhidos e aprendizados acumulados pelos Movimentos Sociais.

Conquistas materiais e legais importantes ocorreram nestes últimos 20-25 anos, entretanto, parte delas antes mesmo de serem usufruídas foram acrescidas de novas demandas, pois a população urbana cresceu e os problemas estruturais não foram resolvidos.

Os militantes entrevistados dizem que (3) *foram colhidos muitos frutos. Têm muitas transformações visíveis, institucionalizadas, mudanças de hábitos mesmo da sociedade como um todo. Só que a gente tem que ter a clareza que quando tem uma conquista, a gente já tem que estar lutando por outra. Quando a gente conseguiu botar os Conselhos e a participação na lei, a gente não percebia o destino que isto ia ter. Então hoje a gente já tá lutando pra mudar essa forma de participação dos Conselhos, pra torná-los efetivamente legítimos, já estamos colocando isso em discussão. Na década de 80, quando a gente trabalhou na Constituinte, a gente não tinha a globalização acontecendo. Então o Estatuto da Cidade, por exemplo, tem 11 anos de tramitação. Foi construído para uma outra cidade e tem dispositivos que não servem pro dia de hoje. As coisas estão mudando mais rapidamente do que mudavam há 15 ou 20 anos atrás. E a gente tem que estar correndo atrás mesmo. (5) Concretamente, muitas melhorias das cidades, aconteceram por reivindicação dos movimentos, e a gente até precisaria faturar politicamente com isso, era preciso que a população*

soubesse isso também. Muitas das coisas que a gente conseguiu foi... eu tava lembrando: o ligeirinho foi uma idéia de uma moradora de um bairro porque usando o ônibus, ela achava um absurdo não ter um ônibus direto, já que muita gente só pegava ônibus no bairro, então precisaria um expresso direto, e isto foi transformado numa proposta indicativa de um mandato popular. Só que aí mudaram de nome e chamaram de ligeirinho, mas isso foi idéia da população. E outras coisas mais: o jeito que os postos de saúde são, hoje, um em cada bairro, isto foi reivindicação da população mesmo. As creches e outras coisas que existem foi tudo mobilização da comunidade. Então, tem conquistas importantes desde a parte concreta, até a parte ideológica mesmo, cultura como a do abaixo-assinado, assembléias, greves, manifestações, acho que isso tudo criou uma cultura de que o povo não tá parado. Para isso o PT teve muita importância, porque soube ser um braço político sem ser uma correia de transmissão, acho que nós soubemos fazer isso bem feito. Nós soubemos fazer a coisa, nós tínhamos essas preocupações, sempre tivemos. De ser um partido de expressão das lutas, mas não confundir as coisas. E com a igreja também a gente soube fazer, sem ser fundamentalista, a Igreja deu força, lutou, mas nunca se explicitou publicamente em prol do partido. E nem o contrário, o PT se dizer ligado a um grupo religioso só. Acho que nós soubemos fazer isto, o PT soube fazer, acho que o povo... Não sei se em algum lugar do mundo, conseguiram fazer isso... Por isso é que todo mundo, parece, fica olhando o PT do Brasil pra ver o que é que vai dar. (7) Os movimentos ajudaram a mudar o país. Não há como negar que a sociedade, de um momento até de medo pela imposição dos direitos sociais advindos a partir dos movimentos, hoje se percebe a partir dos movimentos, pois não se reconhece sociedade, coletividade hoje no Brasil, não fossem os movimentos pelos direitos à terra, à habitação, à atenção às crianças de primeira infância, à educação formal na idade própria, ao trabalho e direitos correlatos. Hoje a sociedade aprendeu a ver as organizações não governamentais como formas auto-gestionárias de organizar serviços públicos, de controlar os orçamentos públicos, de conseguir equipamentos de uso coletivo. (8) O movimento faz as pessoas melhores. Eu quando entrei na minha comunidade e quando minha companheira falava de negros para as irmãs dela, nossa, elas reagiam negativamente, elas não aceitavam de jeito nenhum. Elas não casaram com negros, por não gostarem de ser negras. Quantas pessoas começaram a se aceitar como elas são, e sentirem que elas têm capacidade de ser gente, de construir algo pra elas a partir da atuação do movimento?

Onde as pessoas começavam a acreditar no seu potencial. Eu quando comecei a quebrar todos esses tabus, eu disse: eu quero casar, eu quero ter filhos, eu quero estudar. Eu consegui fazer tudo isso. E não tenho dúvidas de que tudo isso aconteceu pelo fato de eu me identificar como pessoa. Eu me identificar como ser humano, que tem e pode mudar sua realidade e isso é um aprendizado que nós construímos no movimento. (9) Eu acho que os militantes fazem apostas de mundo, muito melhores, embora muitas vezes o seu comportamento e dos próprios movimentos não ensejem isso. Temos muitos problemas no MS, de comportamento, de procedimentos, graves, que se contrapõe até ao que teoricamente se fala. Mas numa média, num balanço, eu diria que o movimento contribui com um mundo melhor. Se a gente for olhar, na perspectiva de uma sociedade mais humana, você encontra valores e apostas nos movimentos e nos militantes que não encontra em outros espaços. E é exatamente esse contraponto que o MS e os militantes fazem, que levam outras pessoas, outras instituições, à reflexão. Isso o movimento tá fazendo, com todos os problemas que existem dentro dele. Eu acho que existem vários problemas de formação, de degeneração, que são pouco construtivos, a luta pelo poder, uma vaidade exacerbada, mas num balanço eu diria que sim, tem frutos a colher. A década de 90 foi uma década mais dura pro movimento social, foi uma década de resistência, diferente da década de 80, que foi uma década de avanço. Embora a eleição do Lula agora é um fato importante. A vitória do Lula é fruto da resistência do movimento social. Porque muita gente abandonou o barco, desistiu... A resistência ao projeto neoliberal foi muito importante. Não é que não tenha melhorado a qualidade de vida do povo, mas eu acho que a grande contribuição do movimento social, está na insistência da construção de valores que são solidários, humanos, de defesa do público. Não tem alternativa (acho que aí está uma questão de fundo) pra esta lógica privada, se não houver concessões... não dá pra cada um querer pensar apenas na sua vida, no seu destino, na construção do seu projeto... Isso hoje não é mais possível, tem que incorporar esses outros elementos.

É visível na fala dos militantes entrevistados que os frutos colhidos não se referem apenas às conquistas materiais ou aquilo que alguns autores identificam como “a face corporativa dos Movimentos Sociais na disputa do fundo público” (Doimo, 1997, p. 139), mas também à construção da solidariedade, à transformação das pessoas. Saber distinguir prioridades locais que quase nunca se traduziram imediatamente em

votos para aqueles militantes inseridos que acabaram se lançando a cargos eletivos, mas que continuaram com seu trabalho educativo e organizativo, é uma prova de que há muita generosidade neste meio, ainda que também haja muitos defeitos. É por isso que muitos militantes identificam a eleição de Lula como fruto de um caldo cultural que foi sendo construído historicamente, depositando no momento atual, uma esperança de enfrentamento dos problemas estruturais, cuja resolução exigia forças superiores àquelas acumuladas pelos Movimentos Sociais até então.

As propostas de ação dos militantes entrevistados

Por fim, tendo presente o objetivo a que se propôs, esta pesquisa ouviu os militantes a respeito de propostas de ações, buscando levantar alternativas conscientizadoras que resultem desta relação entre Educação Popular e Movimentos Sociais. Tais propostas se mesclam com os sonhos de futuro dos próprios militantes pois se originam dos compromissos resultantes da intersecção de suas histórias de vida com a própria história da sociedade. Algumas delas chamaram a atenção da pesquisadora porque reafirmam preocupações relacionadas à micro e macrotransformações e tentam responder aos desafios do mundo atual.

Destaca-se primeiro uma preocupação com a juventude, passando pela família. Vários militantes referem-se à necessidade de uma espécie de “escola para pais”. É importante destacar que tais propostas não se assentam em concepções conservadoras, ao contrário, assentam-se na idéia de que a violência urbana atinge, fundamentalmente, a juventude e não está restrita tão somente à falta de perspectivas materiais, mas à própria ausência de valores construtivos na sociedade.

Vera, militante já citada anteriormente, cuja prática social não se pautou por sentimentos cristãos, diz o seguinte: *Eu tinha muita vontade de desenvolver um projeto que trabalhasse com as famílias. Porque eu acho que a violência, ela é por causa do desemprego, por causa da carência econômica, por causa principalmente da desigualdade – é diferente você não ter e você não ter num lugar onde outros têm, é muito diferente isso. Mas ela tem um componente que a gente nunca valorizou muito, que é das relações afetivas, que se estabelecem na família. A esquerda negou muito a família e negou errado, porque é lá que se forma a base afetiva das pessoas – ninguém sobrevive, nenhum filho de chocadeira vai ser feliz, entende? E isso é muito mal*

resolvido. Nós temos curso pra tudo, mas não temos curso pra ser pai... e os pais não estão sabendo educar os filhos. E a violência doméstica, que nunca foi valorizada na esquerda, na verdade é uma das responsáveis pela violência fora de casa, que a juventude está vivendo. Porque uma criança que não é amada, que é rejeitada, que é violentada dentro de casa, ela vai pra fora e vai buscar aonde se agregar... Ela vai achar a gangue, ela vai achar o traficante, ela vai achar a droga. Então eu acho que eu faria um trabalho muito voltado para as famílias, os conflitos, formas de resolver esses conflitos e, paulatinamente, ir construindo propostas prazerosas pra ajudar a juventude. Nós temos que substituir o prazer da bebida, da droga, da violência mesmo (ela é prazerosa, eu estou num grupo e mato um gato, eu posso também matar um ser humano, isso te dá um prazer). A gente tem que substituir os prazeres que destróem, por prazeres positivos. Eu trabalharia nessa área.

Rui, em sua entrevista, levanta a propostas de uma “escola para meninos de rua”, mas uma escola diferente, que implique direitos e deveres, trabalho e cultura, onde os talentos possam vir à tona. E diz que isso não é responsabilidade somente do poder público, mas da sociedade como um todo. Na proposta de Rui está muito presente (ainda que ele não o tenha lido) as práticas desenvolvidas por Makarenko, na Colônia Gorki, trabalho realizado com crianças e adolescentes de rua, logo após a revolução de outubro na antiga URSS. Da mesma forma que Vera, Rui e outros militantes entrevistados, Makarenko tinha preocupações com a educação que os pais davam a seus filhos e chegou a escrever o “Livro dos Pais” . “Ao educarem seus filhos, os pais de hoje estão educando aqueles que farão a história do nosso país e, conseqüentemente, a história do mundo. Terei eu ombros suficientemente fortes para assumir o enorme peso de um assunto tão vasto? Terei eu o direito e serei necessariamente audaz para resolver ou, pelo menos, destrinchar os seus principais problemas?” (Makarenko, *apud* Capriles, 1989, p. 14).

Maria, militante do movimento de mulheres e de saúde, levantou a necessidade de que se oferte atividades formativas, mas ao mesmo tempo prazerosas para a juventude, destacando também a dimensão cultural. Além disso Maria resgata a importância de se divulgar a pluralidade de práticas sociais já realizadas no Brasil e no mundo. “A gente tem que se apropriar de uma televisão, um programa de rádio, comprar espaço numa rádio ou TV já existente, pra veicular coisas maravilhosas que já acontecem e que pouca gente sabe. Porque essa indústria massificada, massacrante que

está aí, não deixa aparecer um monte de iniciativas que são prazerosas, que são bem sucedidas. Desde relatar experiências de orçamentos participativos, de grupos de jovens que desenvolvem projetos sozinhos, padarias comunitárias, uma tese que discute coisas novas e interessantes, etc. Divulgar coisas que não têm hoje espaço na mídia, porque ela acaba selecionando, fazendo um recorte de realidade e tem um monte de gente que pensa que é real só aquilo que dá na televisão, que dá no jornal, então... Abrir esses horizontes pra mostrar lugares onde esses valores que eu imagino, do socialismo que eu quero, estivessem postos como por exemplo, de que nós somos capazes de não funcionar só por dinheiro ou só através de regras impostas. Experiências que mostram: como é que agente superou essas coisas? Como é que a gente conseguiu combinar o coletivo com o individual? Como a gente, de fato, diminuiu desigualdades sociais e econômicas. Eu acho que tem uma riqueza de coisas sendo feitas e que não tem esse espaço e acho que as pessoas, fazem e não se acomodam, não param, quando a gente alimenta a esperança. Não precisa mentir pra elas, a gente precisa contar que isso também existe, esse lado humano existe, tá acontecendo em tal lugar, pode ser na Índia. Tudo que valorizar que a gente se perceba nas nossas diferenças, seres humanos, capazes do coletivo, de fraternidade, do prazer de viver, que desfoque a felicidade de ter bens materiais, refoque em cima de estar fazendo, estar usufruindo... eu gostaria bastante de um trabalho assim: da comunicação, de estar divulgando coisas que já rolam por aí.

Paula, militante na área de reforma urbana e direitos humanos, falou de um projeto de Educação Popular que desvele Curitiba, mostrando-a em conexão com a região metropolitana, que é sua extensão. Para ela Curitiba não é essa coisa limpa, organizada que as pessoas vêem, restrita aos limites do município. *Curitiba é uma coisa imensa, enorme, disforme, cheia de problemas, então isso precisa ser conhecido. É preciso ser conhecido que Almirante Tamandaré é Curitiba sim. Os crimes de Almirante Tamandaré dizem respeito à Curitiba. A poluição de Almirante Tamandaré diz respeito à Curitiba. O problema de ocupação do manancial em São José dos Pinhais, diz respeito à Curitiba, que o lixão de Mandirituba diz respeito à Curitiba. Se eu tivesse que fazer um projeto eu faria neste sentido. Eu começaria um trabalho pelas favelas e pelas áreas pobres que ficam perto de condomínios fechados, que sofrerão os efeitos da valorização da área. Sempre que tem um condomínio fechado com alguma comunidade pobre perto, eu começaria por aí porque são justamente as áreas que vão*

durar pouco, porque o processo de valorização do solo em Curitiba, está fazendo com que cada vez se conquiste mais pedacinhos da cidade. É lógico que a tendência natural é que isso se consolide e vá se expandindo sempre, buscando modernizar e valorizar onde tá ruim. Tá o exemplo das pedreiras, que estavam abandonadas em lugar bem pobrezinho, bem "furrebinha" e quando botam um equipamento do tamanho da Ópera de Arame ali, valorizam tudo. E daí tudo que tá perto e que não está de acordo com o que se tornou a nova área valorizada, tem que sair e periferizar.

Paula volta a falar dos chamados projetos internacionais de urbanização baseados num conceito novo chamado "gentrificação", que diz que a implantação de grandes "próteses urbanas" acabam por tornar gentios os rudes a partir da integração promovida, o que ela contesta veementemente. *Por que é que o Alfa Ville decide que tem que fazer um contorno viário sobre a BR e, imediatamente, o contorno é feito e por que é que a Vila Zumbi que sempre teve necessidade disso, nunca foi considerada? Então não tem integração não, a migalhinha [serviços domésticos, jardinagem, coleta de lixo, etc.] que ela recebe como alternativa de emprego é muito legal, mas não significa integração, menos ainda respeito. Eu pego muito a questão metropolitana porque as pessoa não tem idéia do que isto significa, nunca param pra pensar sobre essas coisas. E se você pega todos esses projetos de gentrificação americanos, por exemplo, que só gentrifica áreas que tem negros e hispânicos dá pra perceber o nível de exclusão embutido neles.*

Outros entrevistados levantaram questões relacionadas à própria formação política de militantes locais que nos últimos dez anos não tiveram oportunidade de participar em processos formativos mais amplos e, portanto, não tiveram oportunidade de rever suas próprias práticas. Relacionando a isso preocupações no sentido de que tais processos se dêem de forma mais consistente, onde o conhecimento se assente em pesquisa da realidade, em um diagnóstico que identifique os principais problemas da cidade, onde os projetos já implementados sejam apoiados e qualificados, que pessoas sensíveis, com história de lutas sejam chamadas a se integrarem num trabalho mais amplo, mais articulado. São preocupações que dão às alternativas propostas conteúdo, seriedade e que possam se colocar à altura dos desafios da realidade atual, tanto no que se refere à transformação das pessoas quanto à construção de um mundo melhor para todos.

São propostas que tentam fazer frente à atomização dos interesses e ampliação das necessidades impostas pela ideologia do consumo, conforme aponta Mejía (1994), ao aumento de ofertas do que fazer aos jovens, mas todas destituídas de um norte, de que fala Maria, à perda de identidade coletiva de que fala Vera, à cultura da competitividade de que fala José, todos militantes entrevistados nesta pesquisa.

São propostas que buscam reconstruir espaços de convívio no cotidiano, grupos intermediários capazes de contribuir com a construção humana de que falam Heller (1987) e Martín-Baró (1989) e cujas atividades se constituam possibilidades de desalienação, de desvelamento da realidade, de exercício democrático, conforme apontam Lane (1981) e Freire (1987); que sejam capazes de atender as duas demandas destacadas por Leandro Konder como essenciais: fortalecimento dos valores ligados à autonomização individual e dos valores ligados à preservação e recriação da dimensão comunitária (Konder, 2001).

Enfim, são propostas que para além da construção do partido ou de um determinado grupo, inscrevem possibilidades de construção da humanidade e que se aproximam das três tarefas urgentes, teóricas e práticas, apontadas por Martín-Baró (1998), como necessárias à libertação dos povos latino-americanos, quais sejam: a recuperação da memória histórica; a desideologização do senso comum e da experiência cotidiana; e o fortalecimento das virtudes humanas. É preciso que essas três tarefas façam parte das novas alternativas a serem construídas e as propostas dos militantes entrevistados apontam nesta direção.

Uma iniciativa concreta está em processo de elaboração no Paraná, por um grupo de militantes-educadores sociais, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, às Pastorais Sociais da Terra e Operária, à Consulta Popular e outros Movimentos Sociais. Um documento resultante das discussões iniciais coloca como objetivo da escola que está sendo chamada “Escola de Formação Política Milton Santos”, o seguinte: “contribuir na formação de lideranças inseridas no Movimento Popular, Sindical, Pastorais, Partidos Políticos e ONGs, na perspectiva de superação da histórica dependência externa que permeia a formação sócio-política e econômica do Brasil, na construção de uma sociedade plural, ecologicamente responsável, economicamente justa e radicalmente

democrática, que resgate a auto-estima e a cultura do nosso povo e leve em conta as potencialidades de nosso país.”⁹

No que se refere à questão metodológica, o documento citado fala que “a Escola buscará sempre privilegiar a construção coletiva, valorizando a prática dos participantes; irá se referenciar nas experiências das lutas sociais existentes e na ação política, sindical e pastoral de cada participante; irá privilegiar momentos de mística para fortalecer uma espiritualidade engajada e comprometida com os excluídos; etc.” Tais pressupostos vão ao encontro das questões destacadas pela pesquisadora à página 68, referidas à percepção que os militantes entrevistados têm de Educação Popular a partir de suas próprias práticas e contempla a religiosidade popular, destacada pela pesquisadora como um dos elementos fundamentais a serem levados em conta na análise das práticas sociais no Brasil e na América Latina.

Iniciativas como esta poderão não apenas enfrentar o desafio da formação de quadros, também destacado nesta pesquisa, mas contribuir com a organização de uma base popular que dê sustentação às possíveis reformas estruturais que venham a ser implementadas pelo atual governo em favor das classes populares ou fazer das propostas que, num primeiro momento, têm cunho assistencialistas, uma alavanca para transformações sociais significativas.

O próprio projeto “ Fome Zero”, apresentado neste início do Governo Lula, pode esconder aspectos complexos da pobreza se ele se restringir a arranjar comida para os famintos, conforme diz Bauman (1999), reforçando a forma como a mídia trata a questão da miséria, dissociando as imagens da fome daquelas que destroem o trabalho como alternativa de construção da existência, mascarando a realidade e escondendo os verdadeiros responsáveis pela pobreza. A distribuição de vales, cestas básicas, ou seja lá o que for, deve vir acompanhada de recursos para a organização de iniciativas de auto-sustento, de forma coletiva, de maneira a permitir o exercício de novas relações de produção e consumo e de um trabalho educativo que desvele as causas da fome, organizando a sociedade por baixo e devolvendo a ela o direito de decidir sobre seu destino.

⁹ Este é um esboço inicial de projeto que está sendo elaborado pelos Movimentos Sociais citados, a que a pesquisadora teve acesso através do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, porém ainda restrito à discussão interna.